

## TERRA DE QUILOMBO: A IMPORTÂNCIA DO SABER TRADICIONAL E DA AGROBIODIVERSIDADE PARA AÇÕES DE ETNODESENVOLVIMENTO

LUANA PEREIRA FALCÃO<sup>1</sup>; ROSANE APARECIDA RUBERT<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Bacharelado em Antropologia (UFPel) – luana-falcao@hotmail.com

<sup>2</sup>Departamento de Antropologia e Arqueologia (UFPel) – rosru@uol.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a discutir a importância dos saberes e práticas de manejo tradicionais e a relação destas com a agrobiodiversidade para propostas de ações de etnodesenvolvimento. Trata-se de um exercício reflexivo incipiente com base em interações que vem sendo estabelecidas desde o início de 2014 com as comunidades remanescentes de quilombos: Rincão do Couro, São Manoel, Rincão do Quilombo e Rincão da Faxina, localizadas no município de Piratini, na região Sul do estado do Rio Grande do Sul, pela equipe do Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em comunidades Quilombolas e Indígenas”. Partindo de perspectivas dialógicas e transdisciplinares pautadas pela antropologia social e cultural pretende-se, através da prática etnográfica, construir relações horizontais para atuações congruentes com as demandas comunitárias elegidas por esses grupos étnicos.

Para o entendimento da constituição dos territórios dos remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul, RUBERT (2009) nos traz que...

[...]a gênese desses territórios aponta para um complexo conjunto de estratégias de territorialização: o tradicional esconderijo/refúgio; doação testamental por parte do antigo (a) senhor (a)/estancieiro (a); compra com pagamento não só em dinheiro, mas também com trabalho e/ou outros bens, especialmente gado; simples aposseamento de terrenos impróprios às atividades produtivas dominantes; recompensa por participação em revoluções.

Esses aspectos dos processos de territorialização das comunidades negras foram resultados de práticas de segregação racial exógenas, ao mesmo tempo, de resistência ao preconceito e ao aprisionamento da força e tempo de trabalho pós-abolição, por parte dos integrantes destes coletivos.

Estas distintas estratégias apontam também para usos específicos desses territórios não apenas para fins de recurso produtivo desses coletivos, indicando a operacionalização de outra lógica de relação com o meio ambiente, ou seja, de tipos de manejos que de acordo com ALMEIDA (2006) supõe uma base organizacional que atua...

[...]de maneira autônoma, sob forma de cooperação simples e com base no trabalho familiar somada a práticas de ajuda mútua, incidindo sobre recursos naturais renováveis, revelam um conhecimento aprofundado e peculiar dos ecossistemas de referência.

Essas práticas reforçam politicamente as redes de reciprocidade que por sua vez, configuram esses territórios como terras tradicionalmente ocupadas, suportes de sistemas de conhecimentos tradicionais vinculados a grupos específicos, elaborados “[...]em contextos históricos e biofísicos distintos, desenvolvendo tecnologias particulares e constituindo-se em tradições próprias” (LITTLE, 2010).

Nas últimas décadas, o contexto agrícola, permeado pela funcionalidade das relações globalizadas tem criado padrões de técnicas na lida com a terra, atuantes como sistemas de produção em massa, impulsionam processos de colonização fundiária, social e cultural das terras tradicionalmente ocupadas sob a égide do agronegócio. No Rio Grande do Sul os aspectos desse processo ficam mais nitidamente claros a partir da realização de políticas e investimentos públicos na dita “revolução verde”. Estas políticas agrícolas apresentam como pressuposto, o estímulo ao crescimento da monocultura, ocasionando a erosão da diversidade biológica em detrimento da policultura, operando como um modelo neo-desenvolvimentista no Brasil, tendo como sua principal característica o fortalecimento cada vez maior da necessidade de propriedades rurais de grande proporções. Submetendo assim os saberes de manejos tradicionais constituídos por pequenas comunidades agrárias a manejos formalizados de utilização de produtos agrários tecnológicos e bioquímicos.

Como implicação desse desfecho, temos a dispersão dessas pequenas comunidades agrárias, étnicas, originárias, tradicionais, pode-se incluir entre estas as comunidades quilombolas, que vão sendo desarticuladas em seus modos de vida e de permanência por grandes empreendimentos. Estes impõem pacotes tecnológicos pautados no forte uso de defensivos agrícolas (agrotóxicos) em suas plantações; no êxodo rural, ocasionado pela substituição da mão de obra humana por maquinários; e, dentre outras. Finalmente podemos citar a principal problematização deste trabalho: a destruição da agrobiodiversidade em consonância a desvalorização e desconstituição também dos saberes, manejos e práticas tradicionais das populações que ocupam historicamente esses espaços e que, portanto, configuram um patrimônio cultural. Estes saberes e práticas são desenvolvidos empiricamente e transmitidos geração após geração, reconstituídos e modificados por estes coletivos em seus contatos e interações com o meio ambiente que os circunda.

## 2. METODOLOGIA

Partindo da perspectiva de que os sistemas de conhecimentos tradicionais são, assim como a ciência, um “[...]conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto, especialmente obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio” (FERREIRA, 1986 apud LITTLE, 2010), norteia as nossas ações, o conceito de intercientificidade (LITTLE, 2010). Aplicado à metodologia etnográfica como um pressuposto da pesquisa-ação extencionista, utiliza-se, então, como metodologia, a “etnografia da intercientificidade”. Esta se constitui numa descrição dos sistemas tradicionais de conhecimento em interação com a ciência moderna, detalhando analiticamente os diferentes campos de interação entre esses sistemas, os problemas neles criados e os subseqüentes resultados para todos os grupos envolvidos.

Para aplicação desse método temos como base a construção de relações dialógicas (FREIRE, 2010) que consistem em comunicações horizontais com essas comunidades onde ambas as partes possam desenvolver percepções das interações entre estes conjuntos de saberes, de modo que mais que participantes da pesquisa estes também sejam sujeitos das ações dela/nela desenvolvidas e da produção de saberes gerada e transformada a cada encontro.

Temos, portanto, a prática da extensão como possibilidade de diálogo entre estes universos, utilizando o método etnográfico intercientífico objetivamos não apenas captar “coisas” do universo nativo, mas levar a este universo, conhecimentos e proposições que lhes sejam plausíveis. Privilegia-se como

procedimentos a ação participativa em reuniões nas associações de moradores, a inserção no grupo através do acompanhamento das atividades cotidianas, a fim de compreender suas motivações, perspectivas e visões de mundo. Para tal, se faz uso de diários de campo, nos quais registramos e descrevemos as questões comunitárias recorrentes, as formas de cultivo e manejo agrícolas. Outro recurso utilizado são tabelas de sistematização da agrobiodiversidade local (figura 1) para o registro das características das variedades de espécies, de seus modos de usos e aplicações, a coleta e conservação, sua origem ambiental e suas redes de trocas e aquisição de mudas e sementes.

Figura 1: Tabela de sistematização da agrobiodiversidade

Nome da planta	Caracterização	Usos e aplicações	Coleta e conservação	Origem ambiental	Está em uso?	Como se conseguiu a muda ou semente

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras para sistematização do manejo tradicional da agrobiodiversidade local.

Em um primeiro momento, o objetivo dessa ferramenta é a sistematização do manejo tradicional agrícola como uma possibilidade da geração de materiais informativos que sirvam de subsídios técnicos para ações agroecológicas endógenas de etnodesenvolvimento. A ideia é que estas ações sejam criadas em sinergia com o próprio saber tradicional comunitário e a partir de questões suscitadas pelos próprios grupos, na obtenção da dissolução de problemas ou no desenvolvimento de potencialidades criativas, respeitando seus padrões culturais.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nossas últimas saídas de campo, no começo do ano de 2015, foi iniciado um levantamento do uso de sementes e mudas, com o objetivo de entender as redes de trocas e a obtenção dos mesmos. Foi possível registrar, através de conversas com as comunidades, que nos últimos três anos a Pastoral Afrobrasileira de Piratini, tem atuado na distribuição de sementes de feijão e milho, no entanto ainda não foi possível averiguar com esta instituição a procedência dessas sementes. Tanto a EMATER quanto a EMBRAPA, tem prestado assessoria a essas comunidades. A EMATER faz visitas periódicas, através da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Já a EMBRAPA tem feito a distribuição de três tipos de mudas de batata doce aos agricultores quilombolas, são elas: batata doce branca, batata doce amarela e batata doce roxa.

Ao mesmo tempo em que as intempéries dificultam os cultivos, a falta muitas vezes de incentivo de políticas públicas que promovam a autonomia do agricultor, tem acarretado num êxodo rural cada vez maior a essas comunidades. A falta de perspectivas dos jovens de permanecer no campo é narrada de diversas formas pelos quilombolas: “Só os *mais velhos* que *plantam*. Se *eles param a cidade não come*.” Isso tem levado as comunidades à desvalorização de seus próprios saberes tradicionais. Pois, a falta de esclarecimentos de seus direitos, assim como a falta de acesso a recursos técnicos e financeiros que transformem esse saber tradicional em uma alternativa de vida, encaminha as

comunidades à não concepção de seus potenciais criativos e possíveis geradores de renda.

#### 4. CONCLUSÕES

Dante da atual crise ecológica e econômica global, pensar a valorização dos saberes tradicionais nestas comunidades é bastante crucial tanto para a continuidade de suas existências, como também para a manutenção de uma relação mais dinâmica com a terra, de modo que seja possível a preservação dos ecossistemas locais. Para isso temos como pressuposto de etnodesenvolvimento (LIMA & BARROSO-HOFFMAN, 2002) a criação de ações em conjunto às comunidades, partindo de suas dinâmicas internas, respeitando e valorizando seus padrões culturais, autonomia política, interações e ritmos sociais específicos.

O etnodesenvolvimento enquanto ação, só se configura como etno, se construído a partir dos saberes tradicionais e locais. Isso só é possível se houver adjacente a cada uma das comunidades mencionadas a elaboração participativa de ações que contemplem suas demandas, potencialidades produtivas e ultrapassem os obstáculos à reprodução social. A proposta do diálogo horizontal tem fortalecido os laços de confiança mútua, onde a partir das dinâmicas de convivências e encontros sucessivos tem sido possível perceber e sentir as lógicas que fundamentam o estar no mundo, os processos de realização do meio e das condições de vida que foram e são construídas por cada um desses coletivos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. Apresentação. In: ALMEIDA, A. W. B. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- CUNHA, M. C. Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36. São Paulo, 1999.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- LIMA, A. C. S; BARROSO-HOFFMANN, M. Uma Apresentação. In: **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma política indigenista. Rio de Janeiro: LACED, 2002.
- LITTLE, P. E. Os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade. In: **Conhecimentos tradicionais para o século XXI**: etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010.
- RUBERT, Rosane Aparecida. Comunidades Negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. (org.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.